

De volta ao passado: a proposta neoliberal do *Estadão* no pós-golpe*

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME**

Resumo: Este trabalho analisa a série de reportagens “*A reconstrução do Brasil*”, coordenada pelo jornalista José Fucs e publicada no segundo semestre de 2016 no jornal *O Estado de S. Paulo*. Partimos da hipótese de que o periódico atua como partido na defesa ideológica do ideário neoliberal como a “única alternativa” político-econômica para o país pós-golpe parlamentar de 2016. Ressaltamos o monólogo jornalístico, os entrevistados ligados ao mercado financeiro e a cobrança para que Michel Temer implemente uma agenda de “reformas constitucionais” que visem diminuir a atuação do Estado no âmbito econômico e social.

Palavras-chave: Imprensa; Temer; neoliberalismo.

Back to the past: the neoliberal proposal of the State in the post-coup

Abstract: This paper analyzes the series of reports "The reconstruction of Brazil", coordinated by the journalist José Fucs and published in the second half of 2016 in the newspaper *O Estado de S. Paulo*. We start with the hypothesis that the journal acts as a party in the ideological defense of the neoliberalism as the "only alternative" political and economic for the country after the parliamentary coup of 2016. We emphasize the journalistic monologue, the interviewees linked to the financial market and the pressure for Michel Temer to implement "constitutional reforms" aimed at diminishing the state's economic and social performance.

Key words: Press; Temer; neoliberalism.

* A temática deste artigo foi originalmente apresentada como comunicação oral no “II Simpósio Nacional História e Marxismo: 200 anos de Marx e o capitalismo hoje”, realizado entre os dias 14 e 17 de maio na Universidade Federal de Alagoas, em Maceió (AL).



** CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME é professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Introdução

Articulado pelo capital financeiro, industrial e agrário, o golpe de 2016 foi o resultado do consórcio entre o Judiciário, os parlamentares de centro-direita e a grande imprensa. Após o longo trabalho coletivo de desestabilização midiática, iniciado já no primeiro governo Lula, a propaganda disfarçada de jornalismo foi fundamental para a vitória da narrativa que derrubou Dilma Rousseff, centralizou no PT a pecha de partido corrupto, prendeu Lula da Silva, culpou o Estado pela crise econômica e apresentou a agenda neoliberal como única saída. Ao se portar como a verdadeira oposição aos governos petistas, a mídia se despiu de qualquer decore de imparcialidade para ser fundamental na guerra ideológica que desestabilizou o governo e o país. Atuou como partido na defesa do interesse de classe dos seus leitores médio-classistas e anunciantes burgueses. O mantra do que “o mercado quer” se tornou a linha editorial da grande imprensa brasileira (GONÇALVES, 2018).

O jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*) tem histórico golpista e sempre justificou rasgos na Constituição por medo de que as classes populares aumentassem a influência política: pegou em armas em 1932 contra Vargas; apoiou o estado de sítio que deu vez à Ditadura do Estado Novo (CAPELATO e PRADO, 1980); fez oposição moralista e ideológica a Vargas em 1954; conspirou contra Jango em 1964; entregou aos militares um esboço do primeiro Ato Institucional; exigiu mais cassações de políticos progressistas pelos ditadores (PILAGALLO, 2012); posicionou-se contra os direitos sociais e trabalhistas na Constituinte; forçou o consenso em torno da ideologia neoliberal nos anos 1980 e cobrou de Collor e Itamar a implementação da agenda neoliberal (FONSECA, 2005). Mais recentemente, o

jornal atualizou, contra Lula e Dilma, a mesma visão elitista usada contra Vargas e Jango (GOLDSTEIN, 2017), se tornou ideológica e politicamente alinhado ao PSDB e o jornal mais agressivo no antipetismo (AZEVEDO, 2017).

No cenário de crise econômica do capitalismo mundializado, sem votos, mas com toga e mídia, os detentores do capital financiaram a imprensa que fez terrorismo midiático e martelou a narrativa neoliberal do “não há alternativas”: é preciso cortar direitos sociais e gastos públicos, além “reformular” a legislação trabalhista e previdenciária. Como ao longo de todo o processo golpista o cidadão comum jamais foi informado sobre o que tais “reformas” e cortes de gastos significavam na prática e nada lhe foi dito sobre qual seria o programa econômico do novo governo, é possível sustentar que o golpe teve como objetivo a efetivação total da agenda derrotada quatro vezes seguidas nas urnas (LAIDLER, 2017).

O *Estadão* quer governar

Pós-golpe, calcado em sua ideia de democracia restritiva, o *Estadão* assume que “não poderia deixar de dar a sua contribuição ao debate” aberto pela “oportunidade criada pela troca de governo” que, no seu entender, evidenciou que o Brasil “precisava mudar de rumo” (FUCS, 2017, p.10). Entre os meses de setembro de 2016 e janeiro de 2017, coordenada pelo jornalista José Fucs, o jornal publica uma série de reportagens autointitulada “*A reconstrução do Brasil*”¹.

¹ Recentemente, toda a série e os editoriais do jornal que a comentam, foram reunidas em livro. Uma vez que foi publicada no jornal da família Mesquita e todos os editoriais a repercutem de forma positiva, entendemos que o conteúdo das reportagens expressa a visão/opinião oficial do *Estadão*, para além do repórter/autor. Para facilitar as referências, utilizamos como fonte o livro e não as reportagens do diário paulistano.

Assim, partimos da hipótese de que o *OESP*, logo nos primeiros dias do governo golpista de Michel Temer (MDB), se esforça para forjar o retorno do consenso à pauta neoliberal, dirigir seus leitores de classe média-alta e impor sua agenda ao governo, já receptivo a ela, como a única possível para “reconstruir o Brasil”.

A tese central defendida ideologicamente pelo jornal no livro que reúne reportagens é que, até o fim de 2002, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Brasil estava no “rumo certo”: redução do Estado, abertura econômica ao capital estrangeiro e diminuição das garantias sociais constitucionais. Para o jornal, os governos petistas representaram retrocessos ao ampliar a atuação do Estado, promover políticas protecionistas à indústria brasileira e reforçar as garantias sociais constitucionais.

Sem medo de escancarar seu partidarismo, o jornal escolheu o ex-presidente FHC para escrever a apresentação do livro que reúne a série de reportagens. Em perfeita sintonia com o jornal, o ex-presidente aproveita para reescrever a história de seu governo como um período de prosperidade “substituídas por políticas econômicas destruidoras” do PT, de “reformas” iniciadas por ele e que, hoje, não apenas são “necessárias”, mas também “urgentes” para a “reconstrução do Estado e da economia brasileira”. Ao final, coaduna a tese do *Estadão*: “O livro acerta na crítica que faz à Constituição de 1988 [...]. Reformar a Constituição, sim, como fiz com convicção e empenho quando fui presidente” (FUCS, 2017, p.7-9).

Como bem percebeu Perry Anderson (2016), desde o início da crise política do governo Dilma, FHC se tornou onipresente na grande imprensa brasileira. O retorno de FHC à cena política como oráculo intelectual, após deixar o governo com baixíssima popularidade e quatro derrotas

eleitorais de seu partido, é “fruto de um cálculo político” simples: “Cardoso administrou ao Brasil uma generosa dose de administração pró-mercado” (ANDERSON, 2016), remédio este que os golpistas e a imprensa – especialmente *OESP* – tentam novamente injetar no país.

Embora ao longo de todas as reportagens o *Estadão* tente convencer o leitor de que está debatendo em profundidade as temáticas que levanta, a verdade é que não há debate, nem profundidade. Todos os textos são de um monólogo ensurdecido nos quais entrevistados e “especialistas” são citados apenas para referendar a argumentação simplista, baseada na opção ideológica do jornal: pró-mercado e contra a intervenção do Estado. Ao observarmos a lista dos mais de cinquenta entrevistados nas reportagens, percebemos que não há nenhum sindicalista, líder de movimento social, professor de universidade pública brasileira ou político de esquerda. Ao contrário. Há diversos professores ligados às universidades dos Estados Unidos e às privadas brasileiras; coordenadores de *think tanks* e institutos liberais; diversos membros de consultorias pró-mercado; empresários e gente do “mercado financeiro”; juristas conservadores, além de políticos e ex-políticos de direita com histórico na Ditadura Militar e no PSDB.

Apenas a título de exemplo do que se repete ao longo de todo o livro, para sustentar seu plano ideológico, o jornal recorre à fala de “especialistas” nos assuntos: “O impeachment é o início de uma nova era”, para Luiz Felipe d’Avila²;

² Luiz Felipe d’Avila é cientista político; presidente do Centro de Liderança Pública (CLP) que segundo o jornal se dedica a formar novos líderes na área governamental através de cursos e workshops; foi editorialista do *Estadão*; também é membro do Instituto Millenium e do Instituto Fernando Henrique Cardoso; é pré-candidato do PSDB à prefeitura de São Paulo.

caso não implemente a agenda neoliberal, o Brasil “poderá virar uma Venezuela” segundo Nathan Blanche³; Paulo Guedes⁴ diz que o teto para os gastos públicos é “uma medida excepcional”; todas as medidas “não são maldades, são benignidades” segundo Delfim Netto⁵, pois “o grande conflito não é de patrão contra empregado”, arremata Flávio Rocha⁶ (FUCS, 2017, p.12-17).

Foram dezesseis reportagens publicadas e reunidas no livro (FUCS, 2017). Em geral, todas elas versam sobre o desmonte do Estado via revisão constitucional e desestatização; a necessidade de assegurar uma economia neoliberal com ajuste fiscal e incentivos ao capital estrangeiro; ataques ao funcionalismo público e sindicatos; ênfase na necessidade de mudar as regras da previdência e diminuir os direitos trabalhistas. Salta aos olhos a completa ausência de temas sociais como educação, saúde, moradia, reforma agrária, combate à pobreza, saneamento, salário, meio ambiente, desigualdade, homofobia, racismo, machismo, feminicídio ou violência policial. Para o *Estadão*, tais temas não são importantes para “reconstruir o Brasil”.

³ Nathan Blaché é financista; é sócio-fundador da Tendências Consultoria Integrada que presta consultorias econômicas sobre o mercado financeiro.

⁴ Paulo Guedes é economista; fundador do banco BTG Pactual (banco envolvido em diversos escândalos políticos e econômicos das últimas décadas); é do conselho de administração da Bozano Investimentos que atua no mercado financeiro; atualmente assessora o pré-candidato à presidência da república Jair Bolsonaro (PSL).

⁵ Delfim Netto é economista; foi ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento durante a Ditadura; deputado federal pelo PDS, PP e PMDB;

⁶ Flávio Rocha é empresário; presidente das Lojas Riachuelo (empresa com diversas reclamações trabalhistas); foi deputado federal pelo PFL (atual DEM); atualmente se coloca como pré-candidato à presidência da república.

Ao final da Constituinte em 1988, o *Estadão* avaliou a nova Carta como excessivamente nacionalista e de esquerda (FONSECA, 2005). Pós-golpe de 2016, o jornal aproveita para sentenciar que “uma conjunção de fatores parece conspirar a favor da mudança” (FUCS, 2017, p.70), supor o “fracasso do modelo estatista” (FUCS, 2017, p.121) e iludir que não se trata de um debate ideológico, mas sim “uma questão de sobrevivência” (FUCS, 2017, p.122). O jornal compara o Estado brasileiro ao Leviatã de Hobbes para justificar que a “ampla revisão da Constituição” é a “mãe de todas as reformas” (FUCS, 2017, p.22). Como prova de sua opção político-partidária, reforça que é preciso fazer agora o que FHC havia feito em seu governo neoliberal, afinal, “a Constituição não é eterna” como explicou Nelson Jobim⁷. É o histórico constitucionalismo de conveniência do jornal.

No mesmo sentido do que dizia nos anos 1980, o *OESP* vê no Estado a raiz de toda crise econômica, nunca no mercado. Para o jornal, o capítulo dos direitos sociais na Constituição “se revelou uma miragem” pois o Estado de Bem-Estar Social “forjado na Constituição de 1988, ao final, não cabe no Brasil” e as “vinculações de receitas para a saúde e a educação” engessam a gestão governamental (FUCS, 2017, p.22-23). Percebe-se aqui a reprodução da visão elitista do jornal, que nega e/ou naturaliza a histórica desigualdade social do país. Na visão ideológica meritocrática, não é função do Estado atuar na redução da miséria e

⁷ Nelson Jobim é jurista; foi deputado federal pelo PMDB; foi ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso e por ele nomeado para o Supremo Tribunal Federal; foi ministro da Defesa no final do governo Lula e início do governo Dilma de onde saiu após críticas à equipe da presidenta.

propiciar educação e saúde para a população.

Diante deste quadro pintado pelo jornal, a solução que ele apresenta como “nova ordem” é a repetição das iniciativas do PSDB, rejeitadas quatro vezes nas urnas: “a desestatização deverá se espalhar por quase todos os setores da administração federal”. E o jornal dá a lista do que deve ser privatizado: Banco do Brasil, Petrobrás, portos, aeroportos, ferrovias, Caixa Econômica Federal e Correios (FUCS, 2017, p.122-123). Segundo o jornal, as privatizações alavancam a economia, geram investimentos, diminuem o desemprego e favorecem o consumidor. Para concretizá-las, é fundamental a atuação do BNDES, ou seja, ajuda do Estado, contradição que o jornal releva (FUCS, 2017, p.124-125). É evidente que o jornal sonha e atua para a volta do modo PSDB de governar. Em nenhum momento do texto o *OESP* informa seu leitor de que há uma série de ressalvas e críticas às privatizações então feitas.

Guiado pelo cientista político Fernando Schüller⁸, o *Estadão* apresenta a necessidade de se construir no país um “novo consenso político” (FUCS, 2017, p.17) em torno da função do Estado:

“Temos de mudar o padrão do Estado no Brasil de welfare State (*Estado de bem-estar social*) para agency State (*Estado agência*)”, afirma. No Estado agência, o governo repassa para a iniciativa privada a gestão dos serviços públicos, inclusive de educação e saúde, e estabelece metas de desempenho quantitativas e qualitativas para avaliar os resultados.

⁸ Fernando Schüller é cientista político; professor do INSPER, instituição privada dedicada a formar líderes e profissionais com visão ideológica liberal; trabalha ou já trabalhou em vários veículos de imprensa como *Estadão*, *Folha* e *Época*; é atuante no Instituto Millenium.

Na visão do professor de uma faculdade privada e apoiada pelo jornal da Família Mesquita, apenas as carreiras jurídicas, diplomática, militar e financeira/tributária permaneceriam nas mãos do Estado. Tudo o mais, inclusive a educação e a saúde, devem ser repassados para a iniciativa privada. Reduzir o tamanho do Estado é o mantra repetido em todas as reportagens. Há elogios à “PEC do Teto” dos gastos públicos que, segundo a narrativa, é o que gera inflação e desconfiança no “mercado”.

O combate ao Estado interventor é tão ideológico que o *Estadão* aproveita para mais uma vez decretar o “fim da História”. A julgar pelo que diz o jornal, os governos petistas teriam interrompido o livre comércio e gerado total desastre econômico. No seu neo-governismo, não faltam elogios à Michel Temer que, para o jornal, tem um ministério competente, adepto da agenda das privatizações para “recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento”. Para tanto, abre aspas para o otimismo de Paulo Leme⁹: “É possível ver o broto nascer” (FUCS, 2017, p.132).

Sabedor de que seus leitores são de classe média/alta, o jornal aproveita para defender os interesses da classe que paga impostos, mas é “obrigada a recorrer à iniciativa privada” para ter acesso à saúde e educação. Na lógica elitista do jornal, já que as classes médias não usam a educação e saúde pública, mas apenas as classes populares, o ideal é privatizar.

⁹ Quando da reportagem, Paulo Leme era presidente do banco Goldman Sachs no Brasil. O banco tem polêmica atuação no mercado financeiro. Foi considerado um dos culpados pela crise financeira de 2008, quase foi à bancarrota e acabou salvo financeiramente pelo governo dos EUA. Recentemente esteve envolvido na crise financeira que quebrou a Grécia.

A dicotomia “nós brasileiros” versus “eles funcionários públicos” é reiterada repetidas vezes para jogar trabalhadores contra trabalhadores. O funcionalismo é rotulado como detentor de privilégios e, devido ao seu grande número, outro culpado pela suposta crise fiscal. O jornal defende o fim da estabilidade do funcionalismo, a redução dos seus salários ao nível da iniciativa privada e o fim do direito à greve. Há a difamação do serviço público para reforçar o engodo pró-privatizações.

Fazendo jus a seu histórico antitrabalhista – vide sua atuação na Constituinte (FONSECA, 2005) –, o *Estadão* ataca os direitos dos trabalhadores pois a CLT “atrapalha o desenvolvimento dos negócios, os investimentos na produção, o aumento de produtividade e a geração de empregos” (FUCS, 2017, p.59). Na lógica do jornal, o empregador tem medo de empregar por conta da atuação dos sindicatos que “não servem para nada” e dos supostos procedimentos político-ideológicos da Justiça do Trabalho que “querem transformar o Brasil capitalista em socialista por meio de decisões judiciais” (FUCS, 2017, p. 146 e 61). A prioridade, para o jornal, é a prevalência dos acordos coletivos sobre a CLT. Na visão ideológica do *OESP*, os direitos trabalhistas causam prejuízos à produção e os patrões são bons e interessados na proteção dos trabalhadores.

O alarmismo característico na imprensa que trocou o jornalismo pela propaganda ideológica é também usado na defesa da “reforma da previdência”. Segundo o jornal, o colapso da Previdência é imediato e, portanto, é necessário o fim da indexação do piso ao salário mínimo e do BPC aos 65 anos de idade, pois, segundo Paulo Tafner¹⁰, “o aposentado não deve ter

um ganho real de renda”. Na visão elitista do jornal, o país erra ao investir no idoso, o ideal é copiar o modelo chileno que privatizou a sua previdência e assim abrir “uma nova era para o Brasil” (FUCS, 2017, p.53-56). Nenhuma consideração é feita sobre os estudos que negam a existência de rombo nas contas da previdência ou mesmo a luta do povo chileno para reverter as privatizações feitas na Ditadura Militar, comandada por Augusto Pinochet.

Considerações finais

Este curto trabalho corrobora as considerações prevaletentes nas pesquisas acadêmicas sobre a grande imprensa brasileira e o *Estadão* em particular.

Ao selecionar o tema da redução do Estado como determinante, o jornal toma alguns aspectos como relevantes em detrimento de outros, define o tamanho do Estado como um problema, propaga sua interpretação ideológica sobre ele, estabelece questionáveis relações causais para as crises econômicas e apresenta uma suspeita solução como a “única possível”. Fica evidente que *OESP* atua como partido ao: indicar a agenda neoliberal como a direção necessária; relevar o fato de se tratar de uma agenda que não ganha eleições; naturalizar as privatizações com bordões e motivos questionáveis, sem maiores explicações; usar a crise do capital como mais um motivo para entregar os bens públicos para o capital e falsear que, no governo FHC, a economia estava em perfeita ordem e sem nenhuma crise.

O histórico antipetismo do *Estadão* precisa ser relacionado ao seu, também histórico, enfrentamento ao ideal nacional-desenvolvimentista. Todos os governos que queriam o Estado como protagonista para o desenvolvimento econômico e

Sonegação Fiscal e ilícitos contra a Ordem Financeira.

¹⁰ Paulo Tafner é presidente da Companhia Fluminense de Securitização, processada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por

social sofreram forte oposição do jornal, apenas a Ditadura foi poupada, já que servia para evitar o “mal maior” que é o questionamento popular aos privilégios das elites. No moralismo ideológico da Família Mesquita, a culpa da corrupção é exclusiva do Estado e nunca é dividida com a iniciativa privada. Ao Estado caberia apenas o papel de garantidor da ordem baseada na propriedade privada dos meios de produção e jamais intervir nas relações econômicas e sociais.

Na disputa pela afirmação da agenda neoliberal e para regozijo das elites que ainda mantém de pé a Casa-Grande, o *Estadão* oculta e silencia sobre a histórica desigualdade social e os conflitos de classe nela existentes. Na sua visão elitista, a sociedade é um todo harmônico, onde há oportunidades iguais aos cidadãos e basta o individualismo empreendedor para que o sujeito deixe a condição de pobreza. Típico de quem nunca conviveu com a fome, o jornal nega que as políticas sociais produzam mudança positiva na vida dos pobres – ao contrário do que dizem as pesquisas acadêmicas –, mas servem apenas para promover o que chama de “populismo lulopetista”. *OESP* enfatiza a visão dos que não tem pressa: as mudanças devem ser lentas e conduzidas por cima, pelas classes dominantes, pelo mercado, não pelo Estado e sem participação popular.

Embora o *Estadão* tenha perdido mais de 34 mil assinantes entre 2014 e 2017¹¹, o jornal sabe para que público leitor se dirige: a classe média, profissionais

liberais, pessoas ligadas ao mercado financeiro e empresarial. As elites em geral e a imprensa em particular, numa autêntica atitude de “intelectuais orgânicos” a serviço dos interesses da burguesia, arvoram-se como seres iluminados, detentores da verdade absoluta cuja missão educadora é difundir e consolidar a ideologia neoliberal entre seus pares classistas e a população desinformada. Com a cumplicidade do leitor que deve se tornar um defensor do projeto neoliberal de interesse do capital, a série “*A reconstrução do Brasil*” abusa da terminologia maniqueísta e valorativa para lapidar o consenso antiestatista.

Fundamental na trincheira ideológica com vistas à conquista e manutenção da hegemonia elitista, é escancarado o monólogo propagandístico travestido de jornalismo imparcial. Há anos as pesquisas apontam que o *Estadão* não mais se preocupa em aparentar objetividade, imparcialidade, neutralidade e pluralismo, mas exagera na adjetivação agressiva, no silenciamento ostensivo e na antipatia explícita aos que pensam de forma contrária à predileção indisfarçada do jornal ao neoliberalismo e ao PSDB. Este artigo corrobora a conclusão de outra pesquisa onde demonstramos a centenária atuação do jornal como partido político-ideológico a favor de políticos/partidos de direita, como porta-voz dos interesses empresariais, em defesa de uma democracia restritiva e repressão à organização dos trabalhadores (GUILHERME, 2018).

A indisfarçada oposição do *Estadão* aos governos do PT, seu apoio ao golpe travestido de impeachment, a contribuição na propaganda de uma agenda econômica ao governo ilegítimo e a posterior defesa irrestrita do governo Michel Temer, apesar dos áudios e malas de dinheiro carregadas e guardadas por auxiliares próximos do

¹¹ Em números absolutos conforme publicação do site “Poder 360” a partir de dados oficiais do Instituto Verificador de Circulação, entre assinantes impressos (a R\$ 130,00 por mês) e digitais (a R\$ 10,90): em 2014 eram 237.425; em 2015 caiu para 220.387; em 2016 nova queda para 210.393; em 2017 o número total foi de 203.272 assinantes do *Estadão*.

presidente, renderam gorda fatia de dinheiro público ao jornal. Conforme dados do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão¹², em 2015, via Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretária-geral da Presidência da República (Secom), o governo Dilma repassou ao *OESP*, para publicidade governamental, o total de R\$ 246.480,92 e mais R\$ 83.246,50 nos primeiros quatro meses de 2016. O valor equivale a menos da metade da média anual de R\$ 658.919,26 recebidos pelo jornal entre 2011-2014. Ou seja, reeleita, Dilma reduziu drasticamente o repasse de recursos públicos ao *Estadão*.

Quando Temer assumiu, em maio de 2016, a Família Mesquita foi devidamente recompensada pela sua atuação golpista. Só nos meses de maio a dezembro, a Secom repassou ao jornal o total de R\$ 681.848,48 e, ao longo de todo o ano de 2017, o valor total foi de pomposos R\$ 1.317.805,58. Ou seja, se durante o primeiro governo Dilma a média mensal de repasses foi de R\$ 54.909,93 e reduzido fortemente para R\$ 19.395,73 enquanto Dilma reeleita tentava se livrar da ofensiva golpista midiática e peemedebista, quando assumiu, Temer recompensou o apoio do *Estadão* e a média de repasses mensais saltou para R\$ 105.244,95, o dobro do que o jornal costumava receber no primeiro governo Dilma e cinco vezes mais que vinha recebendo nos meses anteriores ao golpe. O apoio do jornal ao golpe e ao governo Temer foi e é compensador em termos financeiros.

Importante ainda relacionar que a proposta político-econômica do *Estadão*, além de se assimilar as históricas bandeiras do PSDB,

¹² Os dados aqui utilizados são os valores líquidos recebidos pelo jornal, via Secom, para publicidade na edição impressa e/ou no site do jornal na internet. Disponíveis para consulta pública através de solicitação em: www.esic.cgu.gov.br

também espelha o “Uma Ponte Para o Futuro”, programa lançado pelo PMDB, em outubro de 2015, como mais um elemento a estimular o processo de desestabilização do governo Dilma e incitar o golpe já em marcha (GUILHERME, 2017). Escrito sob a coordenação dos economistas Delfim Netto e Marcos Lisboa, do Insper, o “Ponte” incorporou as propostas derrotadas nas urnas como a reforma trabalhista, limites de despesas pelo governo federal e reforma da previdência. Enquanto PSDB e PMDB coincidem e disputam a primazia política da pauta neoliberal, *OESP*, como instrumento ideológico na luta de classes, faz a sua parte como “aparelho privado de hegemonia” ao organizar, difundir e solidificar o ideal neoliberal entre seus leitores.

Em suma, na ânsia por participar ativamente da política e do governo que ajudou a tomar o poder sem votos, e que lhe paga bem por isso, o jornal promove decidido monólogo na série “*A Reconstrução do Brasil*”. A angústia em provar a superioridade do neoliberalismo desnuda a série de reportagens como mero panfleto ideológico e partidário onde a iniciativa privada é mostrada imaculada de males e de crises. Ao vedar o debate, sem nenhum pluralismo interno e sem ouvir o outro lado, não há jornalismo digno do nome¹³, mas a vulgar propagação de estereótipos e declarações de amigos que se pretendem donos de uma suposta verdade óbvia e universal. A proposta do *Estadão* é a volta ao passado neoliberal peessedebista.

¹³ Não se pretende aqui a ingenuidade em acreditar que o jornalismo seja ou passa ser imparcial. Porém, dentre os pilares do que seria o “bom jornalismo moderno” estão: objetividade; ouvir os dois lados da questão e a ausência de adjetivações valorativas. Ver o capítulo 2 de: BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. Notícias em disputa. São Paulo: Contexto, 2017.

Referências

ANDERSON, Perry. **Crisis In Brazil**. London Review of Books, v. 38, n. 8, abr/2016.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: Edufscar, 2017.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FUCS, José. **A reconstrução do Brasil**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 2017.

GOLDSTEIN, Ariel. **Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil**. Raleigh, NC, EUA: Editorial A Contracorriente, 2017.

GONÇALVES, Mirian (org.). **Enciclopédia do golpe, vol.2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. **A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo**. Revista Dimensões (UFES), n. 40, jun/2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. **O golpe dos jaburus: os caminhos do PMDB no golpe de 2016**. Revista Urutágua (UEM), n. 36, nov/2017.

LAILER, Christiane Vieira. O golpe parlamentar e a agenda que não ganha eleições. FREIXO, Adriano de e RODRIGUES, Thiago (orgs.). **2016, o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

*Recebido em 2018-05-23
Publicado em 2018-09-18*